

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS**

HELISA VIEIRA MAGALHÃES

**CLUBE DE LEITURA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS**

Diamantina

2024

Helisa Vieira Magalhães

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho

Diamantina

2024

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

■ Vieira Magalhães, Helisa
2024 Clube de leitura como espaço de educação em direitos humanos [manuscrito] / Helisa Vieira Magalhães. -- Diamantina, 2024.
50 p. : il.

Orientador: Prof. Marivaldo Aparecido de Carvalho.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024.

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Paulo Freire. 4. Clubes de Leitura. I. Aparecido de Carvalho, Marivaldo . II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Helisa Vieira Magalhães

CLUBE DE LEITURA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em Educação
em Direitos Humanos da Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como
requisito para obtenção do título de especialista

Orientador: Marivaldo Aparecido de Carvalho

Data de aprovação 16/12/2024

Documento assinado digitalmente
 **MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO**
Data: 18/12/2024 17:34:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Marivaldo Aparecido de Carvalho
Programa de Pós Graduação Saúde Sociedade e Ambiente – SaSA/UFVJM – Orientador

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO DE OLIVEIRA BRASIL COSTA**
Data: 18/12/2024 16:11:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ricardo de Oliveira Brasil Costa
Programa de Pós Graduação Saúde Sociedade e Ambiente – SaSA/UFVJM

Documento assinado digitalmente
 **ELCILENE CATIVO DE OLIVEIRA DE SOUZA**
Data: 22/12/2024 19:28:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Elcilene Cativo de Oliveira de Souza
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Prof^ª. Irene Izilda da Silva
Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP

Diamantina

Documento assinado digitalmente
 **IRENE IZILDA DA SILVA**
Data: 18/12/2024 18:36:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DE DEFESA – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

A comissão examinadora do trabalho de conclusão de curso da pós-graduanda **Helisa Vieira Magalhães** do Programa de Pós-Graduação *Lato sensu*, nível de **ESPECIALISTA**, área de concentração: **Educação em Direitos Humanos (EDH)**, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, instalou-se no dia 16 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, no ambiente virtual da UFVJM, GSuite(meet.google.com/gjy-hmkg-whx). A Comissão Examinadora foi composta por:

Marivaldo Aparecido de Carvalho (UFVJM) orientador, **Elcilene Cativo de Oliveira de Souza** (UFOPA) e **Irene Izilda da Silva** (PUC/SP) e **Ricardo de Oliveira Brasil Costa** (UFVJM). Iniciou-se a sessão com a apresentação dos componentes da comissão avaliadora e passou-se a palavra a discente para apresentação de sua monografia intitulada "**Clube de Leitura como Espaço de Educação em Direitos Humanos**". Após a apresentação oral, a discente foi arguida pela referida comissão, obtendo o seguinte resultado:

(x) Aprovado

() Reprovado

Após aprovação e entrega da versão final da monografia devidamente corrigida, a concluinte fará jus ao título de **ESPECIALISTA em Educação em Direitos Humanos**, pela UFVJM.

Diamantina, 16 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO
Data: 18/12/2024 17:32:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marivaldo Aparecido de Carvalho – UFVJM

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO DE OLIVEIRA BRASIL COSTA
Data: 18/12/2024 16:11:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ricardo de Oliveira Brasil Costa – UFVJM

Elcilene Cativo de Oliveira de Souza - UFOPA

Documento assinado digitalmente
gov.br ELCILENE CATIVO DE OLIVEIRA DE SOUZA
Data: 22/12/2024 19:28:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Irene Izilda da Silva - PUC/SP

Documento assinado digitalmente
gov.br IRENE IZILDA DA SILVA
Data: 18/12/2024 18:36:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico aos todos que lutam pelos Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos meus avós Maria Vieira Magalhães (in memoriam) e Manoel Alves Magalhães (in memoriam) que me fizeram desde de tenra idade aprender o valor do respeito ao próximo, o respeito as diferenças e o valor inestimável da Educação. A eles a minha eterna gratidão.

À minha mãe, Marivone Vieira Magalhães que sempre acreditou e me incentivou a prosseguir nos estudos e nunca desistir. Ao meu esposo, Josael Neves Magalhães e ao meu filho Hugo Neves Magalhães por serem o apoio e incentivo para concluir essa etapa tão importante de estudos. Aos meus sogros Sebastiana Neves e Jacinto Simplício pelos aprendizados e incentivos.

Agradecimentos a Diretoria de Educação Aberta e a Distância (Dead) da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri pelas possibilidades de acessar um ensino de qualidade, socialmente referenciado gratuito sem a barreira geográfica. À toda a equipe da Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos, CAPES. Agradecimentos ao Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho que orientou esse trabalho e contribui para a concretização desse sonho.

Agradeço à todas as pessoas que fizeram parte da “ Roda de Contação de História Eliane Potiguara e Conceição Evaristo”. Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Augusto de Melo e Profa. Dra. Helene Rosa da Costa por me incentivarem na pesquisa de autoria negra e indígena.

Aos membros do grupo de pesquisa Zacimba Gaba (Cnpq/UFLA), Sandra Rosa dos Santos da Silva, Saulo Gilvan Francisco, Lucas Galdino Ferreira, Aline da Cunha Miranda e ao coordenador Prof. Dr. Gasperim Ramalho de Sousa que contribuíram para ,minha formação com pesquisadora e profissional.

À todos os grupos de leitura de literaturas negras e indígenas que estão pelo Brasil e pelo mundo, fazendo diferença e levando as diferentes vozes para o centro do debate. Em especial, destaco o grupo de leituras “ Infinitos” especialista em Literatura Negra, Indígena e Africana e o “ Café Literário AP”, com a idealizadora Elcilene Cativo, com a participação das mediadoras Irene Izilda da Silva, Elineuza Crescêncio, Maria Palmira Minoli Dias, Jojo Dieira e Ana Carolina Cativo.

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

Os homens constroem
no tempo o lastro,
laços de esperanças
que amarram e sustentam
o mastro que passa
da vida em vida.
no fundo do calumbé
nossas mãos sempre e sempre
espalmam nossas outras mãos
moldando fortalezas e esperanças,
heranças nossas divididas com você:
malungo, brother, irmão (Evaristo, 2008,p.17-18)

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar a Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leituras. O objetivo geral é investigar de que forma um clube de leitura pode contribuir para promover um espaço de formação em Direitos Humanos. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos conceituar a educação em direitos humanos segundo o pensamento/teoria de Paulo Freire; estabelecer relações entre clubes de leituras e Educação em Direitos Humanos e analisar o livro da *Roda de Contação de Histórias de Conceição Evaristo e Eliane Potiguara* (2022). Abordar a Educação em Direitos Humanos em Clubes de Leituras justifica-se por trazer possibilidades para ações práticas de Educação em Direitos Humanos. O presente estudo consiste em pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, com resultados tratados de maneira qualitativa, a partir da coleta de dados secundários e terciários. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que a Educação em Direitos Humanos é possível ser realizada em espaços educacionais não- escolares.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Clube de Leitura; Paulo Freire; Conceição Evaristo; Eliane Potiguara.

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

ABSTRACT

The main focus of this study is to address Human Rights Education and Reading Clubs. The general objective is to investigate how a reading club can contribute to promoting a space for training in Human Rights. To this end, the following specific objectives were defined: to conceptualize human rights education in non-formal spaces; to establish relationships between reading clubs and Human Rights Education; and to analyze the book *Roda de Contação de Histórias* by Conceição Evaristo and Eliane Potiguara (2022). Addressing Human Rights Education in Reading Clubs is justified because it brings possibilities for practical actions in Human Rights Education. This study consists of exploratory research of a bibliographic nature, with results treated in a qualitative manner, based on the collection of secondary and tertiary data. With the collection of information throughout the research and the analysis of the information, it was possible to conclude that Human Rights Education can be carried out in non-school spaces.

Keywords: Education in Human Rights; Reading Club; Paulo Freire; Conceição Evaristo; Eliane Potiguara.

RESUMEN

El foco principal de este estudio es abordar la Educación en Derechos Humanos, y clubes de lectura. El objetivo general es investigar cómo un club de lectura puede contribuir a promover un espacio de formación en Derechos Humanos. Para ello se definieron los siguientes objetivos específicos: conceptualizar la educación en derechos humanos según el pensamiento/teoría de Paulo Freire; establecer relaciones entre clubes de lectura y Educación en Derechos Humanos y analizar el libro *Roda de Contação de Histórias de Conceição* Evaristo y Eliane Potiguara (2022). Abordar la educación en derechos humanos en los clubes de lectura se justifica porque brinda posibilidades para acciones prácticas de educación en derechos humanos. El presente estudio consiste en una investigación bibliográfica exploratoria, con resultados tratados de manera cualitativa, a partir de la recolección de datos secundarios y terciarios. Con la recolección de información a lo largo de la investigación y análisis de la información se pudo concluir que la Educación en Derechos Humanos se puede realizar en espacios educativos no escolares.

Palabras clave: Educación en Derechos Humanos; Club de Lectura; Paulo Freire; Concepción Evaristo; Eliane Potiguara.

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura.....	15
Figura.....	18

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Texto.....	16
-----------------------	----

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNEDH	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
CEDH	Conselho Estadual de Direitos Humanos

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

Considerada na contagem de páginas (anverso e verso)

SUMÁRIO

<u>1.</u>	Introdução.....	2
<u>2.</u>	Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia de Paulo Freire.....	4
<u>3.</u>	Educação em Direitos Humanos: concepções e espaços.....	9
<u>4.</u>	Relações entre Clubes de leituras e Direitos Humanos	13
<u>5.</u>	Análise do livro “ Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo”.....	15
<u>6.</u>	Considerações finais.....	22
<u>7.</u>	Referências.....	46

1. Introdução

A presente monografia tem como foco principal abordar a Educação em Direitos Humanos em espaços não-escolares, mais especificamente em Clubes de Leitura. Vale ressaltar que existem vários clubes de leituras em atividade no Brasil, mas que carecem ainda de pesquisas que tenham esse tema como objeto de investigação científica.

No século XXI, vivemos em volta de um ambiente opressivo, com violências estruturais e simbólicas, em que os direitos humanos são constantemente desrespeitados. A profusão de preconceitos e discriminações contra as maiorias minorizadas (no Brasil, negras e negros, mulheres, classes sociais com baixo poder aquisitivo), infelizmente, se faz ainda uma tônica marcante em variados contextos e instituições sociais, como a mídia, discursos políticos e públicos e em espaços educativos de modalidades diversas.

Segundo Benevides (2001), a educação em Direitos Humanos se baseia em três pontos principais que são a educação permanente , continuada e global. Sendo assim, a possibilidade de se ter clubes de leituras como experiências exitosas de Educação em Direitos Humanos é uma estratégia de se trazer para a práxis os conceitos que versam sobre a temática.

Discutir sobre a Educação em Direitos Humanos em espaços não –escolares justifica-se pela necessidade de se ter espaços que promovam discussões transdisciplinares e transversais em Educação em Direitos Humanos, através das leituras e discussões de obras de Literatura Negra e Indígena. Sendo assim, a pesquisa estabeleceu como problema de pesquisa: Como a educação em Direitos Humanos pode se dar em um clube de leitura? E como objetivo geral investigar de que forma um clube de leitura pode contribuir para promover um espaço de formação em Direitos Humanos.

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos visão conceituar a educação em direitos humanos em espaços não formais; estabelecer relações entre clubes de leituras e Educação em Direitos Humanos e analisar o livro da *Roda de Contação de Histórias de Conceição Evaristo e Eliane Potiguara* (2022) com importância central no estudo deste trabalho que é a reunião de escritos sobre um clube de leitura.

O presente estudo consiste em pesquisa bibliográfica aplicada de caráter exploratória, que visa investigar de que forma um clube de leitura pode contribuir para promover um espaço de formação em Direitos Humanos. A pesquisa de caráter exploratório tem como “o

principal objetivo da pesquisa exploratória é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a fim de formular problemas mais precisos ou hipóteses de pesquisa para uma pesquisa profunda” Gil (1999, p. 56).

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, com base em revisão de artigos e revistas científicas relacionadas ao tema, incluindo o livro “ Rodas de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo”, organizados pelos Helene Rosa da Costa e Carlos Augusto de Melo, textos de Educação em Direitos Humanos e de Literatura Negra e Indígena.

Os fundamentos teóricos utilizados durante a pesquisa foram os conceitos de Educação em Direitos Humanos e Pedagogia de Paulo Freire (Freire, 1974, 1989, 2016), Educação em Direitos Humanos em espaços não-formais (Benevides, 2001), (Zenaide, 2008; Padilha, 2019; Muniz, Souza, Cordeiro, 2020) e Clubes de leitura (Cosson, 2016, Schmitz, 2012; Barbeiro e Gamboa, 2016, Silva; Mello e Fortes 2012; Xavier, 2018; Do nascimento, 2023).

A presente monografia está dividida nos seguintes capítulos: Educação em Direitos Humanos e Paulo Freire; Educação em Direitos Humanos: concepções e espaços; as relações entre Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leituras e o penúltimo capítulo contendo a análise do livro *Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo* (2022). Por fim, capítulo de Considerações Finais trazendo os resultados da pesquisa sobre Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leitura.

2 Educação em Direitos Humanos e Paulo Freire

Neste capítulo serão apresentados algumas obras de Paulo Freire e sua relação com a Educação em Direitos Humanos. As obras de Paulo Freire apresentadas serão *Ação Cultural para a Liberdade* (2002), *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (1989), *Pedagogia da Autonomia* (2016), *Pedagogia da Oprimido* (2017). O objetivo desse capítulo inicial é analisar como as contribuições em diferentes momentos da produção bibliográfica de Paulo Freire que dialogam com a Educação em Direitos Humanos.

Para iniciar a discussão apresenta-se o livro “ Paulo Freire: Uma história de vida” foi uma obra agraciada com o segundo lugar, do Prêmio Jabuti 2007, na categoria Biografia. Organizado pela esposa de Paulo Freire, Ana Maria de Araújo Freire, a obra é dividida em seis partes, além da introdução escrita por ela, contendo ao todo 23 capítulos.

A obra foi disponibilizada no formato eletrônico e contou com o apoio de diversas universidades e pesquisadores nacionais e internacionais, além de pessoas do círculo pessoal e profissional de Paulo Freire, em sua carreira de sucesso como educador e intelectual que sempre teve em sua prática os Direitos Humanos.

Para se ter uma visão da amplitude do exemplar, enumeramos a seguir, o título de cada parte partindo da primeira à última: "O seu contexto de empréstimo", "O seu mais autêntico contexto de origem", "O retorno ao seu contexto de origem", "O seu fazer teórico", "O reconhecimento público no Brasil e no Mundo", "A Gentidade de Paulo".

Neste texto, destaca-se o capítulo 12: "O "Método Paulo Freire" de alfabetização da palavra e do mundo dentro da sua compreensão de Educação." que é o primeiro capítulo da parte IV. Em um primeiro instante, chama-se a atenção para o uso de aspas em relação ao método de Paulo Freire problematizando desde do título a temática central deste capítulo.

O fio condutor do capítulo se centra em entender a indissociabilidade do "Método" de alfabetização e da sua teoria de conhecimento de Paulo Freire. O objetivo é levar o leitor a entender que o método parte de um processo cognitivo em que a reflexão e prática que são ativa e contextualizada de ensinar e aprender.

Para Paulo Freire, a educação é um ato essencialmente político, pois se entende que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Importante ressaltar que as dimensões do pensamento freireano que valorizam a cotidianidade para criar uma pedagogia radical, concreta, engajada, crítica, são utilizadas em diferentes áreas de conhecimento e é reconhecida mundialmente.

O alfabetizar conscientizador deve ser um elemento de emancipação e libertação dos sujeitos, sendo eles os autores de sua história, com vez e voz ativa, permitindo que resgatem sua humanidade roubada. Paulo Freire analisa e discute, de maneira crítica, como a "produção de analfabetos" afeta os direitos sociais, econômicos, políticos e as possibilidades de terem uma vida digna e cidadã.

A partir da experiência com seu filho Lutgardes, que aos dois anos de idade, fez a leitura da palavra "Nescau", por associação da imagem e pronúncia Nescau. Ao observar esse fato, Paulo Freire refletiu profundamente sobre esse os mundos da codificação entre fonemas, sons e grafemas. Posteriormente, testou o seu método de alfabetização, com a empregada do lar, Maria Gonçalves da Silva, com o consentimento dela, relacionando a figura com a palavra

apresentando-se como forma de aquisição de novas palavras. Há no texto, uma entrevista do Paulo Freire ao Jornal O Pasquim discorrendo sobre os acontecimentos mencionados.

A sistematização do Método de Alfabetização foi realizada no Serviço de Extensão Cultural, da Universidade de Recife, a partir do ano de 1962, mas desde do ano anterior já havia sido colocada em prática, no bairro de Poço de Caldas, no bairro de Recife. Para Paulo Freire, ela era uma ação cultural dialógica para a libertação. Se pensarmos mais detidamente nessas palavras chaves entenderemos o método de Paulo Freire como uma proposta ético-crítico-político-epistemológica.

Os círculos de cultura, o poder da escuta, o fazer docente crítico e o movimento dialético, entre o pensar e fazer se diferem da educação bancária e são fundamentais para se pensar o “método” de Paulo Freire. Destarte, o material de ensino deve ser organizado a partir da experiência de cada grupo de analfabetos e construído juntamente com os estudantes, contextualizado com os seus interesses e necessidades.

Outrossim, há o convite para os/as analfabetos/as através de processo maiêutico, a compreenderem que eles próprios são fazedores de cultura e de conhecimento. Para alcançar este processo de alfabetização dos sujeitos, ela deve passar por três etapas: investigação, tematização e problematização que resultem no direito de ler a palavra e o mundo.

Em síntese, o ato revolucionário de Paulo Freire é entender que a Educação é um ato conscientizador e tem a oportunidade esperançosa de tirar da submissão, da imersão e da passividade os “esfarrapados do Mundo”. No texto, a autora finaliza afirmando que o “Método Paulo Freire”, é muito mais que um método de alfabetização, sendo uma teoria de conhecimento, que unem solidária e dialeticamente, as dimensões ética, estética, epistemológica, psicossocial, pedagógica, antropológica e política.

O seu outro livro *Ação Cultural para a Liberdade* (2002) é dividido em duas partes. A primeira parte é chamada de “O processo de alfabetização de adultos como ação cultural para a libertação” e a segunda parte “A ação cultural e conscientização”. Para o estudo nessa monografia, nos deteremos nos seguintes capítulos “A ação cultural para a libertação” e “Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire”.

No capítulo “Ação cultural para a libertação e outros escritos”, foi escrito por Paulo Freire, na época de 1969, em Cambridge, nos Estados Unidos fala sobre as práticas pedagógicas da época com as cartilhas educacionais e a prática de leitura com formação de consciência coletivo. A relevância desses conhecimentos e conceitos de Paulo Freire sobre a

alfabetização de Jovens e Adultos se amplia para a pesquisa proposta de analisar como a Educação em Direitos pode ser dada com a prática de letramentos em Clubes de Leituras.

Aprender a ler e escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Como tal, não é o privilégio de uns poucos com que silenciam as maiorias. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à cessa dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser. (...) Não há “pronúncia” do mundo sem consciente ação transformadora sobre o mesmo. “Ação consciente” a que Marx várias vezes se referiu. Mas é necessário sublinhar-se, também, que há diferentes maneiras de “pronunciar o mundo”. A das classes dominantes, que determina o silêncio das classes dominadas ou a aparência de sua voz, na sua recuperação por aquelas, e a das classes dominadas, que demanda sua organização revolucionária para a abolição das estruturas de opressão (Freire, 2002, p.40-41)

Neste mesmo livro, o capítulo “Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire” é uma entrevista de Paulo Freire ao Instituto de Ação Cultural de Genebra 1973 em que ele fala sobre os círculos de leituras em que ao mesmo tempo que os camponeses aprendiam os códigos linguísticos também descobriam a sua realidade sócio-econômico. A tomada de consciência, segundo Paulo Freire (2002) se dá na experiência concreta, através da experiência cotidiana.

Na obra *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (1989), Paulo Freire continua as reflexões sobre o tema da relevância para a libertação da leitura como promotora das consciências social e coletiva. Ele é composto por três artigos o que nomeia o livro “A importância do ato de ler”, “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução”, “O povo diz sua palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe”. Neste último temos um fragmento que sugere a relação com a Educação em Direitos Humanos:

Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma

educação que não favoreça a mentira, as ideias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é a dos interesses do nosso Povo (Freire, 1989, p.47)

No livro *Pedagogia da Oprimido* (2017) é dividido em quatro capítulos sendo eles “ustificativa da pedagogia do oprimido”, “A concepção bancária da educação como instrumento da opressão”, “A dialogicidade- essência da educação como prática de liberdade” e a “A teoria da ação antidialógica”. Para a construção da relação entre Direitos Humanos e a Pedagogia de Paulo Freire discorrerá sobre a “A teoria de ação dialógica e suas características: a co-laboração, a união, a organização e a ação cultural”. O conceito de ação cultura é que ela forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, e ou está a serviço da dominação consciente ou inconsciente ou até a serviço da libertação dos homens (Freire, 2017, p.104).

O livro *Pedagogia da Autonomia* (2016), de Paulo Freire é composta por três capítulos, sendo eles “Prática docente: primeira reflexão”, “Ensinar não é transferir conhecimento” e “Ensinar é uma especificidade humana”. Neste último capítulo, os subcapítulo “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”, pois a Educação em Direitos Humanos visa a transformação do mundo em algo que respeite os princípios fundamentais dos direitos como a vida, a alimentação, a moradia contra as práticas neoliberais.

Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas. A ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento daquela desvalia acima referida dos interesses humano sem relação aos do mercado. Dificilmente um empresário moderno concordaria com que seja direito de “seu” operário, por exemplo, discutir durante o processo de sua alfabetização ou no desenvolvimento de algum curso de aperfeiçoamento técnico, esta mesma ideologia a que me venho referindo. Discutir, suponhamos, a afirmação: “O desemprego no mundo é uma fatalidade do fim deste século.” E por que fazer a reforma agrária não é também uma fatalidade? E por que acabar com a fome e com a miséria não são igualmente fatalidades de que não se pode fugir? (Freire, 2016, p.74)

Faz-se necessário, portanto, entender os conceitos e reflexões sobre a Educação em Direitos Humanos, letramentos apresentados pelas obras de Paulo Freire relacionados , pois como vimos pela pesquisa realizada que a temática dos Direitos Humanos está presente em várias obras de Paulo Freire. A importância política, ética e social de termos como o patrono da Educação Paulo Freire um defensor da luta por melhores condições de vida, de trabalho, de

educação, moradia, educação aos chamados esfarrapados do mundo. No próximo capítulo, a temática principal será a Educação em Direitos Humanos concepções e espaços.

3 Educação em Direitos Humanos: concepções e espaços

Neste capítulo serão apresentados conceitos de diferentes autores sobre a Educação em Direitos Humanos em espaços não formais educacionais e aprofundamentos conceituais. Para iniciar a discussão haverá um breve panorama da constituição dos Direitos Humanos, com o recorte aos fundamentos históricos e filosóficos da Educação em Direitos Humanos. O objetivo desse capítulo é analisar como as contribuições de diferentes pesquisadores sobre a temática que dialogam com a Educação em Direitos Humanos.

Os postulados dos Direitos Humanos foram proclamados no século XVIII, em suas lutas por emancipações dos movimentos sociais, tanto nos Estados Unidos, como na Revolução Francesa, em seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Em que se pese, um mundo em que a desigualdade também se expressa aos acessos aos bens culturais e artísticos é fundamental pensar nas interseções entre Direitos Humanos (Benevides, 2001; Candau, 2012) e Literatura como espaços de produção acadêmica científica.

A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, promulgada em 10 de dezembro de 1948 é um marco fundamental para pensar sobre as questões referentes aos seus direitos fundamentais e inalienáveis básicos de qualquer ser humano, sejam eles o direito à vida, fruir as artes, ao trabalho digno, a moradia, a alimentação e a instrução.

Em relação à “Declaração Universal dos Direitos Humanos” se destaca também os seguintes artigos: Artigo 16 no que se concerne ao direito à proteção à família e que cabe a proteção à sociedade e ao Estado e o artigo 20 fala que todo ser humano tem o direito de participar de associação pacífica. Concomitante, o artigo 23 diz sobre as condições justas e favoráveis de emprego e organizar sindicatos.

O artigo 25 chama-se atenção para a afirmativa que todo ser humano tem direito a um padrão de vida que garanta bem-estar, habitação e cuidados médicos. A assistência e cuidados especiais na maternidade e na infância. O artigo 26 diz respeito ao direito à instrução que todas as pessoas devem ter de forma gratuita na educação infantil e ensino fundamental.

No arcabouço jurídico nacional se tem importantes documentos e órgãos que garantem a discussões e ações sobre direitos humanos são eles “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)”, “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (PNEDH)”, e “Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH)”. Segundo as

Diretrizes da Educação dos Direitos Humanos que são definidos como um processo sistemático e multidimensional com as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2012, p.5).

No texto escrito pelo Professor Doutor em Educação Paulo Roberto Padilha em comemoração a 60 anos da publicação do livro mais famoso do Paulo Freire “A pedagogia do oprimido” discorre sobre a importância da transversalidade para práticas educativas em contextos não-escolares conforme o fragmento a seguir:

A transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas é posta no PNEDH como objetivo estratégico nos vários campos das políticas públicas. Apesar da escola se colocar como espaço privilegiado na implementação do PNEDH a educação não-formal é reconhecida como importante modalidade de ação para a educação em direitos humanos, que pode ocorrer em diferentes espaços sociais e institucionais. Seu caráter transversal no currículo é posto como concepção e princípio, de modo a “permeiar a formação inicial e continuada dos educadores, o projeto político-pedagógico, os modelos de gestão e avaliação” (Padilha, 2008, p.5)

No artigo “O direito humano à aprendizagem e aprendizagem dos direitos humanos” (2015), Mc Cowhan argumenta sobre a indivisibilidade da Educação em Direitos Humanos da Educação. O autor também discorre sobre os sentidos legais e morais dos Direitos Humanos. No enxerto a seguir temos:

Como discutido acima, a educação envolve, necessariamente, direitos humanos, neste caso ela terá sempre implicações morais, que manterá ou violará os direitos humanos e as liberdades. A educação é, necessariamente, um compromisso moral, e envolverá questões do nosso relacionamento com os outros e do modo como agimos em relação a eles, portanto, envolve direitos humanos ou outras possíveis abordagens de justiça. O direito à educação - o direito de exploração da realidade - é um direito à educação em direitos humanos - uma exploração da moral e política vivida. Por outro lado, o exercício e a defesa dos direitos humanos sempre envolverão um aprendizado. Essa dialética é uma encarnação do binômio reflexão-ação acima referido (Cowhan, 2015, p.44).

Levando em consideração os conceitos já apresentados sobre o assunto, pode-se também entender que a Educação em Direitos Humanos é um direito subjetivo (mas também objetivo) logo ele é um pertence à todas as pessoas independente de sua condição,

raça, classe social, etnia, idade, escolaridade como a Constituição Federal Brasileira de 1988 garante. Como foi explanado no capítulo anterior as lutas sociais são uma duelo de forças antagônicas que fazem com que a estratificação social excludente seja mantida e reafirmada.

4.Relações entre Clubes de leituras e Direitos Humanos

Neste capítulo serão apresentados as relações entre Clubes de Leitura e Direitos Humanos. Serão apresentados diferentes autores que têm pesquisas e trabalhos sobre Clubes de Leitura e como as práticas educativas em Direitos Humanos se relacionam com elas. O objetivo principal desse capítulo é analisar como as práticas de leituras, letramento literário, letramento crítico em conjunto dialogam com as contribuições de diferentes pesquisadores sobre a temática de Educação em Direitos Humanos.

O sociólogo e crítico literário Antonio Candido traz um ensaio magistral sobre “O direito à literatura”, que foi produzido em 1988 e posteriormente publicado em reedições do livro *Vários Escritos* (1988). Este ano de 1988 é singular para pensar sobre o contexto brasileiro em que Antonio Candido, pois foi o ano da promulgação da Constituição Federal que é chamada cidadã. Ela garantiu direitos sociais importantes para a população indígena e quilombola como direito originário ao território.

No texto “Constituição brasileira, Direitos Humanos e Educação”, de Roseli Fischmann tem como objetivo discutir a relação entre o internacional e o nacional. A autora aponta como semelhanças os processos das lutas dos movimentos sociais contra a ditadura empresarial, civil e militar brasileira. Além disso, no texto temos o exemplo de diferentes documentos que garantem os Direitos Humanos como:

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965)
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1996)
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979);
- Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984)
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)
- (Fischmann, 2009, p.185)

Pode-se então comparar as relações entre a Declaração Universal dos Direitos

Humanos e a Constituição Federal Brasileira de 1988. No texto “Direito à literatura”, Antonio Candido argumenta que entre os bens inapreensíveis estão os bens culturais, o acesso à literatura como um Direito Humano fundamental, inerente a qualquer um, sem distinção de classe, raça/etnia, classe social. A Literatura é entendida como um direito cultural. Nos últimos anos, a vertente entre a Literatura e Direitos Humanos tem ganhado mais destaque e ocupando cada vez mais espaços em pesquisas sobre o tema.

Por quê? Porque pensar em Direitos Humanos têm um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. O próximo tem direito sem dúvida a todos os bens fundamentais como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formada admite hoje em dia que seja um privilégio de minorias como são no Brasil (Candido, 1988, p.174)

Para rompermos essas condições precisa-se recuperar o pensamento de Paulo Freire que é formado pelo verbo da ação de agir e criar estratégias de ação e conscientização individual e coletiva. Em busca da promoção dos Direitos Humanos na prática, os clubes de leituras são importantes agentes para buscar a difusão de trocas de experiências e saberes em torno de uma leitura compartilhada e afetiva.

Clube de leitura

No texto de “Literatura e feminismo: o Clube de Leitura Leia Mulheres Marília” (2018), escrito por Ana Laura Silva Xavier tem como objetivo central relatar as experiências de um clube de leitura voltado para ler autoras mulheres, do município de Marília, em São Paulo. No início do texto, a autora recupera historicamente a origem dos Clubes de Leitura desde do contexto francês puritano, até a contemporaneidade em que famosos promovem clubes de leitura e conseguem incentivar a formação de leitores e incrementar vendas no mercado editorial (Xavier, 2018, p.2).

No livro “Letramento Literário: teoria e prática”, de Rildo Cosson é organizado em torno em duas partes, sendo elas, “Os pressupostos” e as “Práticas”. Para o autor é importante entender o processo de leitura, tanto do ponto da leitura individual como das possibilidades de partilhas com o outro. Ao longo do texto, há vários exemplos de como buscar incentivar o interesse e a compreensão leitora. A prática de letramento literário é uma aliada para a formação de leitores qualificados para que possam se inserir no debate público com criticidade e reflexão, levando as reflexões para as suas interações em comunidade, com o outro e para perceber as relações de poder (Cosson, 2008, p 16).

Da mesma forma para Boccia (2018) os clubes de leitura são espaços privilegiados de construções de sentidos através da prática de leitura compartilhadas que é evoca no ambiente que favorece trocas de maneira horizontal. Assim, percebemos e aprendemos na prática alguns princípios norteadores dos Direitos Humanos pois falam ao encontro de narrativas e as interpretações delas, por diferentes caminhos e olhares. As interlocuções com a Educação em Direitos Humanos acontece com a promoção do diálogo:

A escuta do outro transforma as impressões iniciais da leitura realizada antes do encontro e as falas ouvidas tornam-se constitutivas de uma nova compreensão. Assim, o diálogo e a discussão sobre a leitura, atividade central nas rodas de conversa do clube, inevitavelmente, fazem com que a compreensão pessoal de cada um se modifique, ou se amplie, ou se confirme. As posições iniciais se reelaboram durante e após cada encontro. A fala do outro repercute em cada um dos presentes durante o debate, e continua repercutindo também após.
(Boccia, 2012, p.107)

Levando em consideração os conceitos já apresentados sobre o assunto, pode-se também entender que uma formação cidadã é possível perpassar por o estabelecimentos de redes de sociabilidades e em espaços não- formais de aprendizagem colaborativa e intercultural. Com o advento das TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação) há muitas ações e estratégias leitoras de clubes de leituras que unem esses propósito (Camboia, Barbeiro, 2018).

No texto “ Em contos com a literatura afro-brasileira : a experiência de um clube de leitura on´-line” (2018), Paula Souza da Silva, Érica Veloso Pimentel de Mello Abel Ribeiro Fortes é ilustrativo para mostrar as TICS e a formação de letramentos literários por mostrar um clube de leitura on-line, formado a partir da biblioteca Biblioteca “AcyrloureiroLima”, do Instituto Federal Sudeste MG -campus Santos Dumont.

Os encontros, descritos, eram realizados semanalmente e tinham como propósito a leitura e discussão de contos de Literatura Afro-Brasileira que eram mediados por diferentes pessoas. Em um primeiro momento, leu-se a coletânea de contos de Conceição Evaristo chamada “Olhos d’ águas” (2018) e depois a leitura de outras obras. Além dos encontros, também era oferecido aos participantes a oportunidade de participar de um grupo de aplicativo de mensagens instantâneas para continuar as reflexões.

No texto “Clube de Leitura O Capítulo que Falta: Conexões entre Tecnologia, Educação e Direitos Humanos.” (2020), dos autores Ana Izabel Muniz, Indiana dos Santos Alves Souza e Salete Fátima Noro traz um exemplo fundamental para a pesquisa pois mostra um clube de Leitura criado em uma escola estadual com o objetivo de promover ações efetivas em Educação em Direitos Humanos, com a modalidade on-line. Para a

implementação do projeto foi executado em parceria com a universidade e com o apoio dos docentes da Instituição Estadual.

No início do texto, as autoras falam que o ambiente da escola estava repleto de violências e discriminações com racismo, homofobia, gordofobia, transfobia, *bulling*. Em parceria com os estudantes e professores da escola, foram feitas as curadorias das obras que seriam lidas pelo grupo e que tocariam nessas questões que estavam afligindo e adoecendo a comunidade escolar.

Dessa forma, foram desenvolvidos os encontros do Clube de Literatura perpassando as questões dos Direitos Humanos, que contavam com a participação de pessoas envolvidas diretamente na comunidade escolar estadual, nas suas ambiências familiares e professores e estudantes de diferentes universidades.

Como conclusão do texto as autoras apresentam que objetivo de falar e discutir coletivamente a partir da leitura de textos literários foi alcançado e as pautas e necessidades do grupo propondo uma ação efetiva de Direitos Humanos na prática. Este texto pode subsidiar propostas de leituras de textos como o propósito de discutir as representações de violações em Direitos Humanos. Uma vez discutidos os principais conceitos de Educação em Direitos Humanos e seus desdobramentos relacionados ao clube de leitura, passa-se à discussão e análise do livro *Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo (2022)*.

5. Análise do livro *Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo (2022)*

Neste capítulo serão apresentados a análise do livro *Roda de Contação de História Eliane Potiguara e Conceição Evaristo (2022)*. Levando em consideração os conceitos já apresentados sobre o assunto de Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leituras, pode-se também entender que os círculos de cultura e de leituras são processos que podem levar a conscientização e a libertação individual e coletiva (FREIRE, 2017, 2018). O objetivo principal desse penúltimo capítulo é refletir sobre uma ação prática através da pesquisa exploratória e bibliográfica da obra acima mencionada.

No livro “Literatura Afro-brasileira 100 autores do século XVIII ao XXI, no texto “Por um conceito de literatura afro-brasileira” (2021), de Eduardo de Assis Duarte o pesquisador fala sobre a existência da literatura afro-brasileira, em diferentes tempos. Para

caracterizá-la nomeia cinco grande fatores que a definiram, sendo eles: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público e estariam inter-relacionados e em processo. Salienta ainda que o século XXI trouxe novos ares para as pesquisas dessa temática.

A proposta de dialogar com os saberes interdisciplinares e transdisciplinares de outros campos dos conhecimentos como os Estudos Culturais e Direitos Humanos (Abdala Júnior, 2003, 2012, 2014) serão uma força motriz na análise apresentada a seguir. Nos Estudos Culturais os conceitos de diversidades, multiculturalismos, identidades ampliam para as possibilidades das leituras da alteridade. Assim, vemos:

Trata-se de noções e conceitos pensados a partir dos campos da antropologia e sociologia, na maioria das vezes com outras conexões interdisciplinares, que surgiram no campo das reflexões sobre relações literárias e culturais em espaços acadêmicos e intelectuais não hegemônicos e que alteram, transformam, esclarecem nossa compreensão sobre as relações entre as diferentes culturas, de modo especial entre ex-colônias e ex-metrópoles e sobre a identidade de culturas periféricas (Nitrini, 2018, p.30)

O livro “De Vãos e Ilhas Literatura e Comunitarismos” (2003), de Benjamin Abdala Júnior é dividido em cinco partes sendo elas: I Viajantes e Viagens, II Fronteiras da solidariedade, III Caminhos do realismo, entre dois séculos, IV Angola: Imagens da Utopia da Libertária e IV Cabo verde: o contato das culturas.

Na primeira parte do livro se começa com o capítulo “De Vãos e Ilhas- Imagens Utópicas e o Mito de Ícaro” que tem como temática principal os diferentes sentidos dos movimentos de quedas e recomeços inerentes ao próprio processo de conhecimento. (ABDALA JÚNIOR, 2003, p.30). No capítulo “Narrativas e viagens culturais” tem como objetivo discorrer sobre a formação das literaturas nacionais e suas relações com o processo de colonização.

Na segunda parte do livro “Fronteiras da solidariedade”, no capítulo “Necessidade e Solidariedade nos Estudos da Literatura Comparada”, o autor faz uma alusão a partir da publicação da “Tempestade” (1612) de Shakespeare para pensar sobre possibilidades de releituras em diferentes momentos históricos sobre o livro. A seguir o autor traz uma conceituação fundamental a partir da Literatura Comparada, Direitos Humanos e os Estudos Culturais para a pesquisa a ser realizada:

É necessário, pois, que descentremos perspectivas: vamos observar as nossas culturas a partir de um ponto de vista próprio. (...) Esse descentramento solicita uma teoria literária descolonizada, com critérios próprios de valor. Em termos de literatura comparada, o mesmo impulso nos leva a enfatizar

estudos pelos paralelos-um conceito mais amplo que o geográfico e que envolve simetrias socioculturais.
(Abdala, 2003, p.67)

No texto “A Literatura Comparada como lugar comum” de Laura Taddei Brandini, presente no livro “Literatura comparada ciências humanas, cultura e tecnologia” sugere que a Literatura Comparada é um lugar de trânsito intenso e que no final do século XX seria uma animada festa de linguagens. Conforme a autora, “A Literatura Comparada se abriu a teorias e objetos de estudo e por que não dizer, abraçou causas sociais e politizou-se” (Brandini, 2021, p.214).

Ainda no livro “Literatura comparada: ciências humanas, cultura e tecnologia” (2021) apresenta ensaios que dialogam com a questão posta acima “Quanda a terra fala: caminhos com e a partir dos Guarani Mbyá” de Ana Lúcia Liberato Tettamanzy” e “ Povos Originários: Resistimos porque (Re) Existismos- Cosmologias e memórias de Povos que alguns diziam dizimados” de Casé Angatu e Carlos J. F. dos Santos” .

No Brasil, no ano de 2021, o projeto de extensão chamado “Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara Conceição Evaristo” levou a proposta de trazer o direito da literatura para a população em geral e dar visibilidade às vozes literárias e poéticas das mulheres indígenas e negras. Os encontros eram realizados de maneira online pela plataforma *Google Meet*, de forma gratuita e síncrona para toda comunidade externa. Ressalta-se aqui que a modalidade online oportunizou a participação das pessoas de diferentes localidades nacionais, inclusive estrangeiros.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPBdgVipRL6/>

A proposta do projeto foi uma parceria entre Helene Rosa da Costa, professora da Rede Municipal de Uberlândia, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPLET/UFU), e o seu ex-orientador, o Prof. Dr. Carlos Augusto de Melo (PPLET/ ILEEL/UFU). O projeto foi aprovado pelo edital de premiação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC/SMIC,) com apoio do Sistema de Informação de Extensão (SIEX), do PPLET e do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da UFU.

É importante ressaltar que a execução do projeto se deu no ano de 2021, no qual o Brasil e o mundo vivenciava a pandemia Covid-19, com seus tristes e irrecuperáveis registros de letalidade em solo nacional e internacional. Nesse momento tão desolador, ter espaços de partilhar experiências leitoras em um clube de leitura assume uma singularidade, em muitas vezes curativa, que gera redes de afetos, pertencimentos e comunhão de saberes, em torno de uma proposta literária comum.

Foram realizados 8 (oito) encontros mensais, em que as leituras foram livros de escritoras brasileiras negras e indígenas. Os encontros foram feitos com mediação de pesquisadores e estudiosos negros e indígenas da área de Estudos Literários, bem como participações das escritoras lidas, seja por meio de vídeos ou participações síncronas. No projeto, a parte de literatura indígena teve obras dos povos originários Potiguar e Omágua, o último também conhecido como Kambeba. Havia sorteio de vários exemplares dos livros em cada roda do projeto. Pode-se perceber:

Ao decorrer do projeto a grandeza e a força da autoria feminina negra e indígena pode ser vivenciada e sentida em diferentes obras e estilos literários. Os encontros propuseram uma formação de diálogos e interações entre os participantes que dividiam as suas impressões sobre as leituras, sobre sua atuação profissional, suas pesquisas formando uma rede viva e pulsante de trocas, saberes e afetos (Melo, Da Costa, 2022, p.55).

A seguir, o cronograma das obras e dos encontros do clube de leitura e a síntese delas:

Data do Encontro Ano 2021.	Obra literária.
29 de maio .	“Pássaro Encantado”, de Eliane Potiguar.
26 de junho .	“Metade Cara, Metade Máscara”, de Eliane Potiguar.
10 de julho .	“A cura da Terra”, de Eliane Potiguar.
21 de julho .	“Ay kakyri Tama (eu moro na cidade)”, de Marcia Kambeba.
28 de agosto .	“Olhos d’ Água”, de Conceição Evaristo.

25 de setembro .	“Insubmissas lágrimas de mulheres”, de Conceição Evaristo.
30 de outubro .	“Poemas de Recordação”, de Conceição Evaristo.
27 de novembro.	“Terra Negra”, de Cristiane Sobral.

Fonte: a autora.

Eliane Potiguar é pertencente ao povo indígena Potiguar, Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio De Janeiro, pesquisadora, professora escritora e defensora dos Direitos Humanos, da Terra e dos Povos Indígenas de todo o mundo. O livro “ Metade Cara, Metade Máscara” (2017) é um marco para a Literatura Indígena Brasileira e é objeto de estudos em Programas de Pós-Graduações, em diferentes áreas do conhecimento.

O livro “ Passáro Encantado” (2014) é um livro que fala de forma poética sobre a passagem da avô para o mundo ancestral e os sentimentos das crianças. A “Cura da Terra” (2015) é um livro que chama para a urgência de nos atentar para a necessidade de agirmos em prol da cultura do bem-viver e dos cuidados com o meio ambiente.

Marcia Kambeba é do povo indígena Omágua, pesquisadora, professora, escritora. A autora tem vários livros publicados , entre eles, Saberes da floresta” (2020), “ O lugar do saber ancestral” (2021), “ Kumiça Jenó” Narrativas poéticas dos seres da floresta (2021), “ De Almas e águas Kunhãs” (2023), “ Infância na aldeia” (2023), “ Saberes da floresta” (2020). O livro “Ay kakyri Tama (eu moro na cidade)”, de Marcia Kambeba, a autora escreve sobre as pontes entre viver na cidade e na aldeias, no estado do Pará.

Conceição Evaristo é escritora premiada com os prêmios Camélia da Liberdade (2007), Prêmio Ori (2007) e Prêmio Jabuti (2015) e imortal da Academia Mineira de Letras, professora, pesquisadora. Participante do “Cadernos Negros”, publicação independente de autores negros , que atua da década de 1978 , do grupo Quilombhoje. O livro “Olhos d’ Água” (2014) é uma coletânea de contos que passeiam por temas como a maternidade, a morte, a superação.

A obra “ Insubmissas lágrimas de mulheres” (2011) tem como temática a feminilidade negra. O livro “Poemas de recordação e outros movimentos” (2008) é uma coletânea com temas abrangentes, em que se encontram poemas das autoras bem conhecidos pelo público, como “ A noite não adormece nos olhos das mulheres”, “ Na calma e no silêncio”. Outras obras de Conceição Evaristo “Ponciá Vicêncio” (2003), “ Becos da memória” (2006), “Histórias de leves enganos e parecenças” (2016) e “ Canção para ninar menino grande” (2018).

A última obra lida foi da Cristiane Sobral, que é dramaturga, atriz, escritora, pesquisadora participante do Caderno Negros, com várias contos e poemas públicos em diferentes edições. Algumas obras da autora são “ O tapete voador” (2017), “ Dona dos ventos” (2019), “ Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz” (2022) , “ Não vou mais lavar os pratos” (2022). O livro que foi lido no clube foi “ Terra negra” (2017), uma coletânea de 74 poemas, com prefácio de Elisa Lucinda em que a autora traz a cultura afrobrasileira e discussões sobre feminismo, identidade e racismo, aos suas versificações.

O livro “Roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo” (2022), tem organização, apresentação e prefácio de Carlos Augusto de Melo e Helene Rosa da Costa e conta com a participação de diversos autores. A ilustração da capa é realizada por Thiago Rufino e o projeto gráfico de Arlen Costa de Paula. Ao todo o livro conta com duas seções, a primeira “ Palavras que ensinam” e a outra “ Palavras que acolhem” e oito capítulos. No prefácio temos:

Trata-se de uma obra sensível ao registro de momentos muito marcantes e emocionantes do “Rodas de Contação de Histórias: Eliane Potiguara e Conceição Evaristo” para que, além de garantir que não sejam esquecidos no atropelar dos tempos líquidos, possam circular em espaços de saberes com a possibilidade de estímulo à criação de novos projetos de letramento literários, os quais motivem o conhecimento da diversidade étnica, cultural e linguística do povo brasileiro, o combate aos preconceitos por meio da cultura literária brasileira, a ampliação do repertório das/os leitoras/es acerca de temas étnico-raciais e de gênero, bem como aproximem as pessoas para uma convivência mais harmônica e saudável, contribuindo para a ampliação do conhecimento e dos níveis de empatia interpessoal (Melo, Rosa, 2022, p.6).



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CgRq6fVL1lW/>

Para fazer a análise do livro iremos analisar cada uma das partes que o compõem e

analisar a temática de cada um. A primeira divisão do livro é chamada “ Palavras que ensinam” , “Curar a terra antes que o céu despenque: a escrita engajada de Eliane Potiguara”, de Joel Vieira da Silva Filho; “Eliane Potiguara: a voz ancestral da literatura indígena brasileira”, de Rosivânia dos Santos; “Análise do livro Lua-menina e menino-onça da escritora indígena Lia Minápoty”, de Letícia Santana Stacciarini; “Memória e Resistência na Poética de Conceição Evaristo”, de Cátia de Jesus Lima; “Terra Negra: Corpos Insurgentes”, de Mirian Cristina dos Santos.

O primeiro capítulo “Curar a terra antes que o céu despenque: a escrita engajada de Eliane Potiguara”, de Joel Vieira da Silva Filho que é um pesquisador indígena fala das temáticas principais para a construção literária da autora e a relação da escrita e da oralidade. O autor também destaca as dificuldades mesmo na contemporaneidade para estar no mercado editorial e literários. Há a análise de dois livros da Eliane Potiguara “ O pássaro encantado”(2014) e a “A cura da terra” (2015). O autor conclui: “Respeitar a terra é cuidar da nossa própria existência. Lançando mão de uma escrita consciente, sustentável e engajada, Eliane Potiguara leva as vozes indígenas para espaços brancos, ainda elitizados e canônicos e enfatiza que os/as indígenas merecem e devem ser ouvido” (Melo, Da Costa, 2022, p.15).

No capítulo “Eliane Potiguara: a voz ancestral da literatura indígena brasileira”, de Rosivânia dos Santos destaca as construções poéticas e esteética e uso da linguagem para denunciar de Eliane Potiguara. A autora traz um panorama da trajetória profissional, pessoal e acadêmica e suas lutas pelos Direitos Humanos. A autora fala que o livro “ Metade cara, metade máscara” de Eliane Potiguara é um dos mais pesquisados de Literatura Indígena. Os poemas são nomeados como cantos, o uso da metalinguagem. A voz dos oprimidos que denunciam as violações os deslocamentos forçados, os estupros que são exemplos de violações dos Direitos Humanos. Sobre a relação dos poemas temos:

As referências a “cântico”, “canção” e “canto” reforçam a ideia de que Potiguara concebe os seus poemas mediante uma relação de coexistência com os cantos. Pode-se considerar que ambos são originados na mesma fonte e da mesma matéria. Logo, por meio da música, os indígenas garantem a construção, reconstrução, reafirmação e valorização das suas identidades. Ao tratar os poemas como sinônimos de canto, tem-se em vista que a autora os delineiam como inerentes à vida dos povos indígenas, sendo, assim, um agente propulsor de fortalecimento das identidades por serem um instrumento de intermediação com as memórias ancestrais. (Melo, Da Costa, 2022, p.27).

Já no texto “Análise do livro Lua-menina e menino-onça da escritora indígena Lia Minápoty”, de Letícia Santana Stacciarini tem as imagens de personagens e os elementos de rituais de transformação atrelados à natureza e a preservação ambiental. No início do texto, há a apresentação da escritora Lia Monty e suas relações tanto como a literatura como com a

docência. A escolha da personagem protagonista ser uma onça e como as necessidades de se ouvir a Terra e parar de promover a destruição do habitat.

Esses primeiros capítulos se referiam a Literatura Indígena, a partir de agora neste capítulo 1 os próximos são de Literatura Negra. Em “Memória e Resistência na Poética de Conceição Evaristo”, de Cátia de Jesus Lima, que é professora de Letras e de História. Da primeira parte do livro, a autora analisa dois poemas “Recordar é preciso”, e “Certidão de óbito”. Da segunda parte do livro, há a análise dos poemas “As negras estrelas tingidas de sangue”, “Eu-mulher”, “Vozes-mulheres”. A questão memorialística que ultrapassa os poemas de Conceição Evaristo, desde do sequestro na África dos antepassados africanos até hoje as permanências do racismo, da desigualdade ao povo preto. Temos o seguinte excerto:

E a roda dos não ausentes continua seu movimento ao colocar a voz-mulher ecoando versos de protestos contra a morte e a violência dos corpos negros, e contra a fome que assola a população pobre, negra e desassistida do Brasil. E nesse movimento contínuo, a voz feminina que herdou vozes e atos de resistência de suas ancestrais, recolhe tudo e ganha forças para ecoar o mais alto e profundo estampido da vida-liberdade. As vozes-mulheres que Conceição Evaristo carrega dentro de si se manifestam nas suas tessituras poéticas reverberando em cada um de nós o profundo desejo de recolher as heranças das nossas matriarcas e fazer ecoar sons da vida-liberdade (Melo, Da Costa, 2022, p.27).

Mirian Cristina dos Santos assina o capítulo sobre “Terra Negra: Corpos Insurgentes”, de Cristiane Sobral que é o leitura obrigatória do Vestibular da Universidade Federal de Uberlândia, de 2024. A epígrafe do capítulo é um trecho do poema “Coroa” e logo em seguida, apresenta a carreira de mais de 20 anos da atriz, dramaturga e Cristiane Sobral. São analisados os seguintes poemas: “Resistência”, “Deus é preta”, “Acertando as contas”, “Paradoxos além da cor”, “Dele” que trazem diferentes temáticas como o afeto, solidão, religiões. A valorização do negro na literatura é uma forma de luta, assim:

Ainda na leitura do texto de Cristiane Sobral é importante levar em conta a importância da representação e autorrepresentação positiva da população negra, de forma a desconstruir a imagem do negro como vítima ou criminoso, representação divulgada e sustentada durante anos pela história e pelas narrativas canônicas. Sendo assim, por meio da literatura negro-brasileira, tem-se acesso a uma narrativa outra, através de uma escrita própria, que questiona a história ensinada nas escolas ou veiculada nas mídias (Melo, Da Costa, 2022, p.34).

A segunda parte é intitulada “Palavras que acolhem”, compõe-se de depoimentos de participantes da roda : “Manancial”, de Helisa Vieira Magalhães; “Roda de Contação: ouvir, aprender e se Emocionar”, de Jeane Almeida da Silva; “Conta Lá Que Eu Conto Cá”, de Maria Célia Gomes de Souza; “Relato de Experiência”, de Márcia Dias Dos Santos. O objetivo principal é analisar como os participantes vivenciaram a participação na roda e as suas relações com a Educação em Direitos Humanos.

O capítulo “Manancial”, de Helisa Vieira Magalhães tem como o objetivo apresentar todas os encontros que ocorreram no projeto, de forma a situar o leitor e evidenciar também as singularidades de cada encontro. Alguns apontamentos encontrados no capítulo são a diversidade do público, tanto pessoas que atuam na Educação Básica, como Professores de Instituições de Nível Superior, como estudantes, em sua grande parte de diferentes habilitações dos cursos de Letras. Conforme o fragmento a seguir:

Interessante notar algo em comum em vários relatos dos participantes: a ausência da literatura negra e indígena na formação em Letras e em suas experiências escolares na educação básica. Podemos perceber que em diferentes localidades do país existe essa mesma queixa. Percebeu-se que há em comum, uma vontade e uma sede dessas literaturas que historicamente sofreram tentativas de silenciamentos e apagamentos
(Melo, Da Costa, 2022, p.34)

Já nessa parte “Roda de Contação: ouvir, aprender e se Emocionar”, de Jeane Almeida da Silva, mulher indígena traz a experiência de uma participante de Roraima que conta que por ter sido um evento on-line oportunizou uma rede de encontros e participações de diferentes estados brasileiros. Segundo ela: “Ouvir sobre suas obras lançou luzes no meu próprio caminho de estudiosa/ pesquisadora indígena. A resistência das lutas delas e a força das palavras foram me educando no processo de reconhecimento enquanto indígena.” (Melo, Da Costa, 2022, p.57). A autora descobriu a existência da roda de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo através do Grupo de Estudo de Personagens Indígenas na Literatura Brasileira.

No capítulo “Conta Lá Que Eu Conto Cá”, Maria Célia Gomes de Souza conta que foi uma experiência memorável, partilhar com tantos pesquisadores e amantes da literatura sobre as obras de autoria feminina e negra. Ressaltou que a possibilidade de ter encontros com as escritoras também foi especial. A autora salienta “Possibilitar diálogos que promovam a desconstrução de preconceitos arraigados sobre os povos negros e indígenas, principalmente as mulheres por sofrem duplo apagamento e silenciamento, é uma forma de corrigir desacertos.” (Melo, Da Costa, 2022, p.59)

No último capítulo do livro “Relato de Experiência”, de Márcia Dias Dos Santos a autora residente no interior de Rondônia agradece a oportunidade de participar dos encontros e inicia seu texto com a epígrafe da poesia “Um negro começo” de Cristiane Sobral. As interlocuções durante o projeto evidenciaram a função da literatura como promotora da Educação em Direitos Humanos:

Essa arte, movente, que nada pretende, mas que muito alcança, que nos foi apresentada nos encontros tão agradáveis nos quais as trocas de experiência de

leitura, os relatos das escritoras, de pesquisadores fez-nos descobrir que há um negro começo, como nos disse Sobral, há uma arte que tem nascido na página preta, no jenipapo, na batida dos pés, uma arte que ressignifica, e que guerreia com uma arma que também fere: a linguagem. Ela, a linguagem, tem sido ressignificada, de forma a rebelar-se contra qualquer possibilidade de condenação e exclusão (Melo, Da Costa, 2022, p.34).

Conforme apresentado ao longo deste capítulo, foi possível perceber as nuances entre as leituras, discussões e experiências em Educação em Direitos Humanos e o Clube de Leitura Roda de Contação de História Eliane Potiguara e Conceição Evaristo. Desse modo apresentamos a tríade que compõe um clube de literatura, as obras e suas autoras, os participantes e os mediadores, assim é possível termos um exemplo prática de Educação em Direitos Humanos. Encaminharemos para o último capítulo da pesquisa realizada.

Considerações Finais

Conforme apresentado ao longo da pesquisa, Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leituras é possível reforçar a importância do assunto abordado, visto que o mesmo pode impactar fortemente na construção, elaboração e implementação de projetos que visem trazer para o campo prático ações em prol dos Direitos Humanos.

A formação em Educação em Direitos Humanos realizada nos espaços de letramentos literários que promovam o antídoto para esse contexto de desumanização, coisificação e objetificação de pessoas indígenas e negras. No que se concerne, ao papel da literatura, da educação em direitos e da cultura como ferramentas de transformação social do *status quo* se faz importante e fundamental, propor ações educativas coletivas docentes que trabalhem as questões de raça, etnia, culturas, saberes dos povos indígenas e negros.

A Lei Nº 11.045 (BRASIL,2008) que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura e da história das afro-brasileiras e indígenas nas instituições de ensino público e particular da educação básica, precisa de fomentação de iniciativas que promovam espaços educativos para a formação docente. Com base nesses dados, se ampara a importância da pesquisa realizada que investigou a contribuição de práticas de letramentos para formação docente em projetos que tenham formação de leitores de literaturas não visibilizadas como uma das metas principais.

A escolha de obras literárias fora do campo hegemônico promove equidade, respeito às diferenças e as diversidades, considerando a alteridade negra e indígena como protagonista de suas histórias e escritas poéticas. Assim, a importância de espaços plurais de incentivo à

prática leitora é crucial para que se possa avançar em relação a sua promoção, incentivo e difusão das literaturas indígenas e negras. Conjuntamente a esse cenário, temos assistido cortes orçamentários às instituições educacionais públicas ocasionando grandes perdas ao fomento de pesquisas, ensino e extensão.

Como o objeto desse penúltimo capítulo foi a análise do livro da pesquisa que foi uma atividade extensionista, se justifica avaliar quais as possibilidades desse tipo de atividade para práticas pedagógicas docentes, reafirmando a necessidade de aproximação entre comunidade acadêmica e comunidade externa. Ressalta aqui o papel primordial e a necessidade de fomento por parte do Estado de políticas públicas educacionais e de incentivo à cultura para a execução de projetos, assim em todo o território nacional, com regularidade e constância.

As reflexões geradas após a análise do livro “Roda de Contação de Histórias Conceição Evaristo e Eliane Potiguara” entende aquele espaço como um espaço formativo teórico-prático de Educação em Direitos Humanos sendo uma estratégia que possibilita o acesso de vozes literárias mulheres indígenas e negras que historicamente, socialmente, culturalmente foram alijadas de suas formas de existirem, de terem representatividade nos currículos e serem vistos como sujeitos de direitos.

A partir do explanado, colocamos em conexão na pesquisa realizada as relações entre culturas negras e indígenas, formação em Educação em Direitos Humanos e Clubes de Leituras, para além dos currículos e dos espaços de sala de aula. A temática principal ser o Clube da Leitura Eliane Potiguara e Conceição Evaristo e seus desdobramentos no sujeito professor e licenciando de Letras, surge pelo reconhecimento de que a aprendizagem e formação de leitores se dá em diferentes locais, levando em consideração a necessidade de amplificação de repertórios literários, para além dos cânones literários, para um exercício profissional que contemple as diferenças e diversidades.

A relevância analisada durante a pesquisa para os estudos em Educação em Direitos Humanos (Benevides, 2001) é ser uma pesquisa, oriunda de uma atividade prática de letramento literário, com recorte nas possibilidades de contribuições nas formações docentes, em diferentes níveis. O letramento literário de autoria feminina indígena e negra, para o público docente tem um efeito multiplicador, visto que a atuação profissional na educação básica, alcança um número grande de alunos, o que promoveria o aumento de leitores dessas literaturas. Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre Clubes de Leituras e Educação em Direitos Humanos, devido à

importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de promover mudanças sociais.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vãos e ilhas – literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura comparada & relações comunitárias, hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). *Estudos Comparados: Teoria, Crítica e Metodologia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- ABDALA JUNIOR, Benjamim. *Introdução à análise da narrativa*. São Paulo: Scipione, 1995.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> . Acesso em: 26 ago. 2024.
» <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. PROCESSO: 23001.000158/2010-55. *Parecer e Projeto de Resolução que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos* Brasília (DF), 2012. Disponível em: Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf> . Acesso em: 26 ago. 2024.
» <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>
- BENEVIDES, M. V. *Educação em direitos humanos: de que se trata?*Convenit Internacional (USP), v. 6, p. 43-50, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf Acesso em: 01 de ago 2024.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo : Ática, 1987.
- CANDAU, V. M. F.. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 715–726, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywL/?lang=pt#>
- COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco (org). *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COSTA, Helene Rosa da. *Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara*. Tese (Doutorado em Estudos Literários) -Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- DAUDT, Marianna Ilgenfritz, RICHTER Cinteia, NEUMANN Gerson Roberto. *Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia*. Porto Alegre: Class, 2021.
- DORRICO, Julie. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. In: *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade*. Igarapé, v. 5, n. 2, 2018, pp.107-137.

Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2887/2166>.

Acesso em: 05 jul. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira 100 autores do século XVIII ao XXI** Rio de Janeiro Pallas, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Revista Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009 Acesso em: 10 jul.2024.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro. Malê:2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman editora, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GRAÛNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GRAÛNA, Graça. Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 231-260, 2011.

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. Revista Brasileira de Educação [online]. 2009, v. 14, n. 40 [Acessado 25 Agosto 2024], pp. 156-167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100013>>. Epub 19 Maio 2009. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100013>

LIMA, Débora Francisca de. **Memória e ancestralidade**: as vozes na escrevivência de Conceição Evaristo e Eliane Potiguara. 2022. 121f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5016>

NITRINI, Sandra. **Um olhar sobre a literatura comparada no Brasil**. Volume 10, 2018 (Cadernos do IEB). Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 2018. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/215 . Acesso em 19 agosto. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 1 jul. 2024.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro: Grumin, 2018

SILVA FILHO, Joel Vieira da. **Narrativas ancestrais de Auritha Tabajara e Eliane Potiguara**: memória, cosmovisão e polifonia nas literaturas indígenas. 2022. 163 f. .

Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) - Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

MELO, Carlos Augusto, Da Costa, Helene Rosa (org.) **Roda de Contação de Histórias – Eliane Potiguara e Conceição Evaristo**. Ed. Subsolo. Minas Gerais. 2022

McCowan, Tristan. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. Educar em Revista [online]. 2015, v. 0, n. 55 [Acessado 25 Agosto 2024], pp. 25-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.39818>>. Epub Jan-Mar 2015. ISSN 0101-4358. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39818>.

MUNIZ, Anna Izabel; SOUZA, Indiana Dos Santos Alves; CORDEIRO, Salete de Fátima Noro. Clube de Leitura O Capítulo que Falta: Conexões entre Tecnologia, Educação e Direitos Humanos. In: Anais do V Congresso sobre Tecnologias na Educação. SBC, 2020. p. 607-612;